The background features a dark blue silhouette of a ship's rigging on the left side. The rest of the background is composed of several overlapping circles in various shades of green, from light to dark. The text is white with a subtle drop shadow.

Uma guerra
sem

soldados
e sem
canhões

A função bélica e ideológica da *Gazeta do Rio de Janeiro* durante as Guerras Napoleônicas

N RAQUEL STOIANI

RAQUEL STOIANI
é doutoranda em História
Social na FFLCH-USP.

as abordagens historiográficas sobre D. João e sua vinda para a América é comum que muito das atenções recaia nos aspectos que se modificam na colônia devido à sua presença e às repercussões de sua estadia. Nesse caso, as referências ao contexto bélico europeu perdem drasticamente espaço e força na narrativa, até minguar de vez quando se inicia o Congresso de Viena. A não proximidade geográfica de D. João com o inimigo parece diluir as ofensivas napoleônicas, transformando-as em um eco distante e aparentemente de pouca importância.

No entanto, ao contrário da impressão causada por esse tipo de análise, certas fontes do período, como a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-22), primeiro periódico impresso nos domínios americanos de Portugal, revelam como as guerras napoleônicas foram assunto corrente no cotidiano da colônia. As referências que, ao longo de suas páginas, apontam nessa direção são apenas um dos vários exemplos de como o conflito com a França seria aclimatado à nova corte bragantina. Medidas policiais ao longo de todo o governo joanino envolvendo o controle dos portos, da imigração e da circulação de idéias na América portuguesa, assim como a invasão da Guiana Francesa em 1809, constituem outros indícios dessa transposição.

No presente artigo, destacaremos o papel da *Gazeta* na recriação desse clima de guerra, enfocando-a não apenas como veículo de notícias mas, principalmente, como veículo de propaganda e, conseqüentemente, como instrumento de guerra usado no combate ideológico aos franceses em prol da manutenção do Império português. A seguir, analisaremos em que termos o combate a Napoleão foi representado em suas páginas e que usos foram feitos dessas imagens em prol da monarquia bragantina.

• • •

Nascida nos prelos da Impressão Régia, a *Gazeta* se pautava pelo discurso oficial, o que se explica tanto pela dependência que ligava sua impressão à tipografia governamental, quanto por sua subordinação à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra cujo titular, D. Rodrigo de Souza Coutinho, que seria um dos mais influentes ministros do governo joanino, ainda encabeçava o grupo que se opunha abertamente à França, dado esse que realça ainda mais o seu uso “bélico”.

Os versos de Horácio, “*Doctrina vim promovet insitam, Rectique cultus pectora roborant*”, escolhidos para sua epígrafe, e que podem ser traduzidos como “os modos de vida corretos fortificam os corações”¹, são bastante sintomáticos de sua função doutrinadora ligada ao seu alinhamento oficial. Dessa forma, “os modos de vida corretos”, correspondendo às atitudes esperadas de um vassalo exemplar, que assim o é como aquele que acata e inculca, sem discussão, o conteúdo ali ventilado, seriam moldados pela leitura do periódico, e aqueles “fortifica[ria]m os corações” na medida em que, agindo o súdito de acordo com o esperado, demonstraria, dessa maneira, o amor pelo seu príncipe. Assim sendo, a leitura de notícias sobre a guerra na *Gazeta* passava a ser um traço de patriotismo, ou seja, de “modo de vida correto”, como alerta o redator que diz ter recebido “muitas notícias interessantes” relativas aos “esforços da *Península*, e da *Rússia*, propostas ao mesmo fim: [...] *no que só deixará de interessar*

a quem faltar o verdadeiro patriotismo; e tiver a alma impenetrável aos sentimentos da independência [da Península]”².

A preocupação em modelar a conduta ideal do súdito ganha importância frente à ameaça de desintegração geográfica e política enfrentada pelo Império português no momento. Tem por finalidade forjar comportamentos que auxiliem a reestruturação da autoridade monárquica e tenta posicionar de forma coesa os súditos em torno do monarca e de sua causa: a expulsão dos franceses. Tais aspectos ficam bem claros em um dos trechos da *Gazeta*, em que se fala sobre a necessidade de sua criação em tempos de guerra, assim como o seu uso pedagógico pela Coroa a fim de moldar o súdito ideal. Referindo-se à Espanha e a Portugal, o autor do texto afirma que, para que

“[...] os Escritos periodicos destas duas Nações desmascarem os crimes, e as intrigas do Inimigo commum; he necessario, que *instrução os Povos* á cerca da sua verdadeira situação, e da sua força, e recursos irresistiveis; mas he igualmente necessario, que ao mesmo tempo lhes digão, *que estes grandes recursos, e esta força não he irresistivel, senão quando as Nações tem huma confiança cega, e inteira no seu Governo, e nos seus Chefes, quando esperão em tranquillidade as ordens, e as execução com promptidão*”³.

Assim, o território de combate da *Gazeta* será traçado por coordenadas surgidas dos encontrões da monarquia lusa com o liberalismo latente encarnado em suas páginas pelos ataques efetuados por Napoleão e seus aliados. Em suas entrelinhas as tensões de uma época serão apresentadas, sob o prisma governamental, por meio de uma defasada cobertura das guerras napoleônicas: as notícias européias demoravam em média de dois a três meses para chegarem a constar da folha brasileira. Além do mais, tal cobertura, que ocupava boa parte do jornal, constituía-se numa colcha de retalhos confeccionada com notícias extraídas de diversos periódicos estrangeiros, cujos trechos eram traduzidos e, então, copiados literalmente ou resumidos.

1 Agradeço a tradução à colega Renata Senna Garrafini, professora doutora da Universidade Federal do Paraná na área de História Antiga.

2 *Gazeta do Rio de Janeiro*, daqui em diante GRJ, 6/3/1813, grifos nossos. Manteve-se a grafia original em todas as citações.

3 “Discurso sobre a Utilidade dos Papeis Públicos na Presente Guerra”, texto publicado em Badajoz (Espanha) e datado de 1º de janeiro de 1809 e republicado na GRJ de 29 de abril de 1809 (grifos nossos).

Esse repasse de notícias minuciosamente peneiradas a fim de endossarem o discurso oficial – esvaziando, por isso mesmo, qualquer crítica política além da empregada contra o inimigo e qualquer questionamento das fontes – não invalida, em nossa opinião, sua função ideológica e sua importância documental. Essa tendência reprodutora mais do que produtora, assim como sua faceta áulica e o trabalho de escolha, disposição e comentário dos artigos a serem reimpressos proporcionam valiosas pistas para se captar os pontos mais vulneráveis do governo luso na época e seu ideal monárquico.

Enquanto duraram os conflitos napoleônicos, o periódico fluminense foi responsável pela remontagem tipográfica do cenário de guerra a cada palavra que dizia respeito às especulações, batalhas e negociações européias. Esse cenário, que a cada leitura ia tomando forma em suas páginas e na cabeça do leitor ou ouvinte, quebrava distâncias físicas e temporais e apresentava, dessa maneira, a função de (re)conectar, de alguma forma, os portugueses trasladados e os habitantes da América portuguesa a esse distante conflito⁴.

Com exceção dos anúncios que deixavam entrever um pouco do cotidiano colonial, a *Gazeta*, durante muito tempo, priorizou os assuntos da Europa. Mais do que simples desprezo com o Brasil e seus habitantes, esse dado talvez seja indício de como o governo bragantino recém-instalado nos trópicos a usaria como um dos canais pelos quais procuraria reinserir-se no quadro europeu, compensando sua posição periférica em relação ao teatro principal da guerra. Repassando os acontecimentos bélicos, falando contra o inimigo e exaltando os ânimos contra ele, o governo joanino parecia querer quebrar a imagem de que a vinda para cá significava que ele “lavara as mãos” e se acomodara em relação ao reino, colocando-se covardemente a salvo.

Além do mais, a reprodução do discurso combativo dos aliados europeus contra Napoleão na *Gazeta* sugere também a tentativa de D. João de reposicionar-se em seu “lugar de poder” original, longe da imagem do exilado: a de um governante legítimo,



Reprodução

sustentáculo de uma tradicional monarquia européia que resiste ao inimigo comum. O periódico nos revela um interessante repertório de representações e posicionamentos políticos partilhados pelo bloco monárquico europeu antifrancês, antinapoleônico e contra-revolucionário. Essas imagens evidenciam um imaginário que sinaliza uma rede de solidariedades políticas e econômicas entre diversas nações forjadas diante das ameaças francesas.

O primeiro número da *Gazeta*, datado de 10 de setembro de 1808, é bastante exemplar dos pontos expostos acima. Inteiramente centrado na cobertura do conflito europeu e marcado pelo tom negativo no que diz respeito às referências ao arquiinimigo napoleônico, o que será uma norma daqui para a frente em suas páginas. Embora em Portugal a primeira invasão francesa já tivesse chegado ao fim com a assinatura da Convenção de Sintra (30 de agosto de 1808), que previa a retirada das tropas do imperador, tal notícia ainda não havia desembarcado no Brasil.

O cenário de guerra já vai sendo erguido nos parágrafos iniciais. Apresenta-se, com cores fortes, o caos e a miséria dela decorrentes. Assim, são expostos aos leitores os danos feitos pelas tropas e pelos desmandos napoleônicos na Europa, que vão desde gêneros que tiveram seus preços influenciados pelo decreto imperial que estabeleceu a detenção de navios norte-americanos chegados em qualquer porto francês, até o estado deplorável da cidade de Hamburgo devido à passagem dos soldados franceses,

Embarque de D. João para o Brasil, de autor anônimo

⁴ Como lembra Kirsten Schultz, “for the exiles this effort to reenact a presence in their absence depended, above all, on their ability to maintain current, and tangible, connections to Europe” (Schultz, *Tropical Versailles*, p. 71).



Spanish Bull Fight or The Corsican Matador in Danger, de James Gillray, 1808

onde “em muitas casas não se acha já huma côdea de pão, nem huma cama”. As Guerras Napoleônicas são pintadas como o flagelo do mundo, a nova peste que assola a Europa trazendo fome e destruição.

Em seguida, noticia-se a invasão da Espanha, destacando-se sua resistência frente ao inimigo, já que ela “faz todo o possível para sacudir o jugo Francez”. Logo abaixo são resumidas as falas de dois políticos ingleses ao Parlamento – um deles, Canning, ministro dos Negócios Estrangeiros – sobre a situação espanhola. Nelas, a Inglaterra aparece grandiosa, salvadora, generosa, estendendo sua influente mão aos espanhóis que quiserem sair da condição de aliados de Napoleão. Segundo um dos políticos, “desde a Revolução [Francesa] nunca se offerecêra huma ocasião tão oportuna para a Grão-Bretanha opperar a salvação do mundo” e estavam os ingleses, ao cooperar com a Espanha, a “contribuir da maneira a mais efficaz para o resgate da Europa”. Se os espanhóis concordassem em “obter este generoso socorro [...] para conservar o seu paiz independente contra a atrocidade sem exemplo da França”, eles seriam apoiados, sem dúvida, por esta “Nação grande e poderosa”.

Adiante, comenta-se a “usurpação” dos domínios da Santa Sé pelas tropas francesas. Após as notícias papais, o redator da *Gazeta* faz uma de suas comedidas aparições e expõe um panorama caótico acerca das relações de Napoleão com os Estados europeus, aos quais se aliava e se contrapunha, não deixando de destacar os “levantamentos e emigrações continuadas dos leaes Portuguezes”.

O redator prossegue e, então, surge o Brasil e, com ele, o acontecimento mais marcante dos últimos tempos para todo o Império lusitano: a transladação do seu governo para a América. Tal fato, como não poderia deixar de ser, é posto como um ato de sapiência do príncipe regente. O redator ainda não perde a chance de dar publicidade às dádivas com que D. João tem presenteado seus vassallos da América e termina reiterando a declaração portuguesa de guerra feita aos franceses, não deixando de lembrar a legitimidade da dinastia de Bragança no governo de Portugal ao fazer de seu território uma herança familiar. Mesmo a referência ao *Moniteur*, que aparece no trecho, é interessante pois, se Napoleão era o inimigo dos portugueses a ser combatido nos campos de batalha, a gazeta francesa era a inimiga literária a ser combatida por sua similar brasileira, no que se pode avistar a exaltação da importância de sua existência e de sua função combativa nesse momento⁵.

Seguem notícias trazidas por uma fragata inglesa, vinda de Gibraltar, de alguns reveses sofridos por franceses na Espanha e em Portugal. A ameaça francesa também não parecia estar tão distante assim: franceses teriam desembarcado no Pará “com apparencias de amizade” e teriam sido todos mortos (com exceção dos seus prisioneiros) a mando do capitão-general. Ainda na “Costa do Pará ou Maranhão”, devido ao bloqueio de Caiena (possessão francesa na América) por duas fragatas inglesas, um corsário francês teria desembarcado cerca de vinte homens “para procurar á força mantimentos” e “toda essa gente fora morta ou feita prisioneira”.

Para finalizar o número de estréia, anunciava-se estarem no prelo da Imprensa Régia a *Memoria Historica da Invasão dos Francezes em Portugal no Anno de 1807* e a primeira parte das *Observações sobre o Commercio Franco do Brazil*, de José da Silva Lisboa. Uma obra sobre o combate a Napoleão, a outra, sobre a abertura dos portos: duas realizações de D. João, dois desdobramentos da luta entre Inglaterra e França.

5 “O Monitor [jornal oficial de Napoleão] continua de vez em quando a ameaçar os incredulos. Não ha muito tempo que dizia que brevemente não restaria outro recurso a El Rei de Suecia senão de hir reinar para alguma parte da America. Se esta phrase do Monitor involvesse alguma insinuação a nosso respeito, responder-se-hia: *Reinamos na melhor porção da America, e a prova disso são os sabios Actos do Governo do Nosso Amado Soberano. O Principe Regente do Nosso Senhor immediatamente depois da sua chegada mandou abrir os portos destes seus Dominios ao livre Commercio de todas as Nações Amigas, e declarou guerra áquella que invadio aleivosamente o patrimonio que transmetio o primeiro de nossos Reis á sua Augusta Família Real, na cessão do qual jámais consentirá, e sobre o qual conservará sempre os mesmos direitos que tem ao vasto Imperio que herdou do Senhor Rei D. Manoel*” [GR], 10/9/1808, grifos nossos).

Captamos, portanto, já no primeiro número do periódico, o início do processo de remontagem, sob a supervisão governamental, de um terrível cenário de guerra, que remete à situação vivida pelo reino ocupado. Dominando essa paisagem tipográfica, os dois pesos-pesados do momento, sendo a França a grande vilã e a Inglaterra a grande salvadora. E, para arrematar, ao final da edição, surge a figura magnificada de uma monarquia que é mostrada como combativa e que é elogiada, no entanto, justamente, por se afastar desse cenário. Uma monarquia cuja nova sede é exaltada dentre as demais colônias da América – que não coincidentemente estão sob o domínio da Espanha e da França – e se encontra também sob a mira do inimigo, como sugere a publicidade dada às relatadas ameaças de franceses nas costas brasileiras, que fazia de Napoleão e suas tropas um temor mais imediato do que se poderia imaginar.

No número seguinte, primeira edição extraordinária da *Gazeta fluminense*, a remontagem do cenário de guerra prossegue, mas, agora, carregado de cores históricas, trazendo ao público a notícia do combate coletivo de espanhóis e portugueses na península contra as tropas do temido imperador:

“Os vencedores do Campo de Ourique [os portugueses] se unem com os seus valerosos vizinhos [os espanhóis] para expulsar da península o inimigo commum [os franceses]. Os Portuguezes [...] restabelecem o legitimo governo do seu amado Principe nos lugares donde lanção fóra os Francezes. Bonaparte deve lembrar-se da Restauração de Portugal, e que a presente começa em circunstancias quasi semelhantes ás em que se vio Philippe IV em 1640; [...]. Ajudados pelo generoso socorro do nosso mais antigo e fiel Alliado [Inglaterra], e unidos com os nossos vizinhos [espanhóis], de que esforços não serão capazes os Portuguezes!”⁶.

Esse trecho, embora pequeno, é pleno de significados e amontoa em poucas linhas os três elementos que pautariam o discurso monárquico português da época das guerras

napoleônicas: história, linhagem e geografia⁷. Nele, vemos reativada a lembrança de dois momentos cruciais na cronologia oficial portuguesa: a Reconquista e a Restauração. O primeiro, resgatado da memória pela menção ao Campo de Ourique, onde se deu, em 1139, uma de suas batalhas mais significativas, marcara o processo de retomada do território português dos muçulmanos. Esse episódio seria envolto na idéia de um milagre, segundo o qual o futuro primeiro soberano português teria tido uma visão de Jesus Cristo na qual este lhe garantiria a vitória em combate, passando a ser impregnado de um forte apelo simbólico no sentido de construir a imagem de uma independência e de um governo ligados à intervenção divina e, enquanto tal, legítimos e imutáveis, tornando-se, pois, um dos marcos da identidade portuguesa e de sua monarquia. No segundo, Portugal lutara para restabelecer sua independência frente à Espanha marcando o fim da União Ibérica, o que é indicado pela data de 1640 e pelo nome do rei inimigo Felipe IV. Em um acontecimento, uma guerra de conquista de territórios assentara as bases geográficas de Portugal, que se torna, a partir de então, um reino independente; no outro, o combate contra o inimigo vizinho havia aberto caminho para a subida ao poder da Dinastia de Bragança, da qual fazia parte o príncipe regente.

Assim sendo, a lembrança desses dois episódios e sua superposição ao novo momento de conflito procuram não apenas reativar os exemplos de heroísmo do passado, mas chamar a atenção para a tradição da defesa da monarquia e do território lusitano pelos quais muito sangue já havia sido derramado. Sangue este que ainda se fazia presente nas veias dos atuais combatentes portugueses que, por isso mesmo, traziam em si latentes germes de comprometimento com essa defesa, como sugere o fato de serem qualificados como “vencedores do Campo de Ourique”. Aqui vemos um exemplo dos usos simbólicos da história, em que a promoção de um paralelismo entre situações do passado e do presente permite a abertura de uma ligação imaginária que aponta para

6 GRJ, 14/9/1808.

7 Kirsten Schultz, ao referir-se ao discurso nacionalista que será montado pela monarquia lusa diante da invasão francesa e da vinda para o Brasil, destaca esses elementos como suas três principais premissas. Segundo ela, nessa retórica oficial, “The Portuguese nation was revealed as a privileged community defined by history, lineage, and geography” (Schultz, op. cit., p. 67).

um resultado futuro favorável que se atrela ao seguimento do exemplo dado.

Portanto, combater e expulsar os franceses, assim como havia ocorrido com os mouros e os espanhóis, é lutar pela restituição de um “lígítimo governo” a um “amado Príncipe”, reatualizando uma missão histórica e divina, restabelecendo um ordenamento no qual não se é permitido intervir sem maiores conseqüências, posto que arranjado originalmente por Deus. E é justamente esse sentimento de justiça e de devoção tanto ao rei, quanto a Deus que deveria alimentar o ânimo dos portugueses no combate aos soldados invasores de Napoleão. A proteção divina à empresa lusítada, estreada sob Afonso Henriques, vem desembocar no presente auxiliada pela ponte imaginária aberta pela comemoração. A guerra contra os franceses é colocada com seu êxito inquestionavelmente garantido por se tratar da reedição da defesa de uma legitimidade ameaçada, agora, por Napoleão, filho de uma revolução que só tem produzido aberrações que buscam destruir um ordenamento divino. Assim, afirmam as autoridades lusas, “o Ceo conduz a nossa causa ao seu grande fim”⁸. Eis a reatualização da imagem do povo escolhido presente no Antigo Testamento, guiado e amparado por um Deus justo, mas belicoso. Do mesmo modo, os governadores do reino ainda lembravam aos portugueses, já no final da terceira invasão francesa (1810-11), que o

“Omnipotente, que tantas vezes nos tem salvado dos mais iminentes perigos, protegerá a nossa causa, que he tambem sua; abençoará os esforços de hum Povo, que combate pela Religião, pelo Throno, e pela independencia Nacional; fará felizes as nossas armas, e nos concederá finalmente dias de paz, e de prosperidade, em que vejamos o nosso adorado Principe, e toda a Real Familia restituídos á sua Capital, rodeados do respeito, do amor, e da lealdade de seus fiéis Vassallos, e fazendo a felicidade de seus vastos Domínios”⁹.

Dentro dessa lógica, até mesmo o rei espanhol, pai de Carlota Joaquina, que se aliara anteriormente a Napoleão contra Por-

tugal e, mesmo assim, não escapara de ser arrancado de seu trono por ele, deve contar com tal proteção divina por se tratar de um governante legítimo. Assim,

“[...] o verdadeiro Arbitro do Mundo ainda que retarde o castigo, não corôa os dilictos com a impunidade [...]. Por ventura a Augusta Familia de *Hespanha* trahida, violada, e encarcerada pelas mãos da amizade, da confiança, da boa fé; segura nos Tratados, nos beneficios, na tolerancia, e em todos os sacrificios possiveis, praticados por 15 annos successivos, deixará de ter hum vingador no Ceo? Por ventura *Portugal* occupado sem direito, conservado sem título, saqueado sem pretexto, e opprimido sem remorso, não excitará a comiserção daquelle, por quem os Reis reinão, e os Imperios subsistem? Que *Napoleão* trema, que tremão os seus *Sattélites!*”¹⁰.

Aqui se entrevê a idéia de que o poder real tem origem não no povo, como clamavam os revolucionários franceses, mas em Deus “por quem os Reis reinão, e os Imperios subsistem”. Cabe também destacar como esse Deus que guia a luta contra os franceses é exaltado em seus traços marciais, aproximando-se daquele do Antigo Testamento, tornando-se, desse modo, um exemplo inspirador para aqueles que vão para o campo de batalha.

A comparação desse conflito àquele da época de Afonso Henriques se dá igualmente no que diz respeito ao combate aos “infiéis” que, na época da Reconquista, eram os árabes, aqueles que não professavam a doutrina cristã. Os franceses também passam a ser vestidos com a roupagem de “infiéis”, no sentido religioso, devido ao processo de laicização iniciado com a Revolução. Não bastasse isso, eles eram, do mesmo modo, “infiéis” políticos devido aos abusos que haviam cometido aos corpos do soberano¹¹ e, conseqüentemente, ao próprio Deus que o criara e o legitimara.

Não é à toa que, tanto no âmbito português quanto no europeu, esse combate aos franceses será apresentado como santo e justo, uma cruzada moderna. Pululam na *Gazeta* referências a ele como uma “santa

8 *GRJ*, 29/9/1808.

9 *Idem*, 31/10/1810.

10 *Idem*, 29/9/1808.

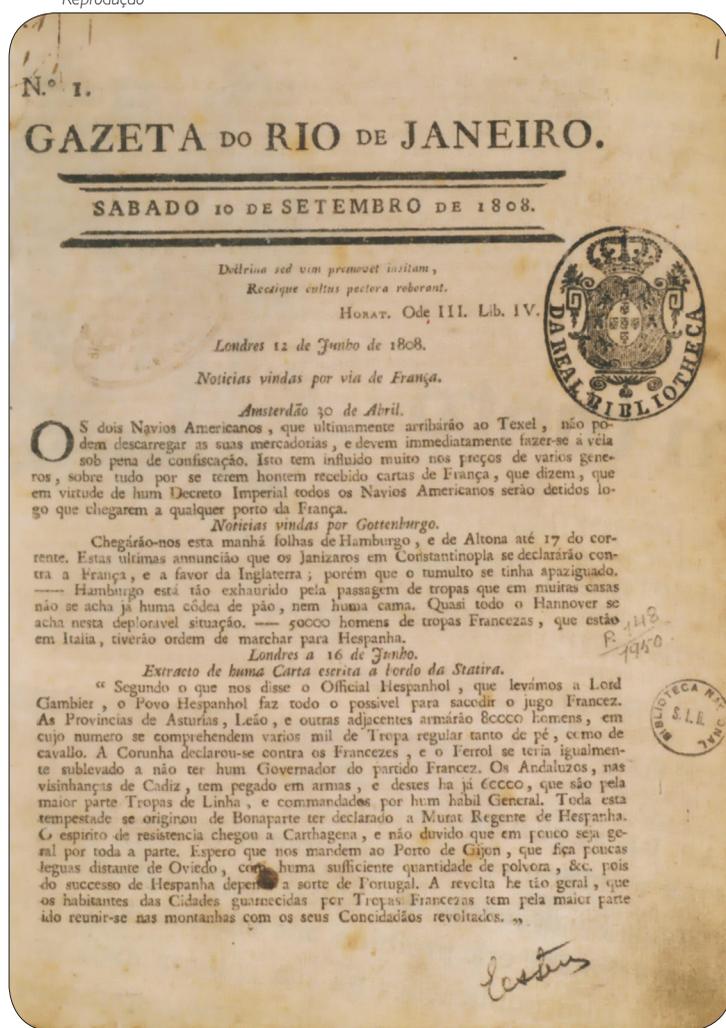
11 O rei apresentaria dois “corpos”: um físico, que morria, o outro político-simbólico, que subsistia mesmo após sua morte (cf. Ernest H. Kantorowitz, *Os Dois Corpos do Rei: um Estudo sobre Teologia Política Medieval*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998). No caso, os revolucionários franceses haviam atacado ambos: o primeiro, ao guilhotinarem Luís XVI em 1793, e o segundo ao fundarem a República em 1792.

guerra”, como “a santa causa da liberdade da Patria”, uma “justa Guerra que a Nação tão gloriosamente sustenta pela sua independencia” ou, simplesmente, como uma “justa causa”¹². Caracterizar como guerra santa a vingança contra Napoleão e os franceses ganha ainda uma dimensão maior quando considerada em relação a uma das contra-imagens napoleônicas mais difundidas na época, a da besta apocalíptica ou do anticristo. O esforço coletivo em torno da derrota do imperador e do conseqüente retorno dos Bourbons ao trono francês, que promoveriam o expurgo dos elementos revolucionários e a reabilitação política da França, ganha ares de um grande exorcismo.

Os sentimentos negativos e as ações brutais dos aliados nesse combate passam, inclusive, por um processo de legitimação e positividade na medida em que se ligam a um projeto considerado justo e sagrado. Como “a vingança [que] não he, na verdade, hum sentimento generoso; mas he desculpavel em Póvos, que se vem invadidos sem causa, e sem motivo, e de hum modo que parece mais para os exterminar e destruir, do que para os vencer e avassallar”¹³. Assim, a luta contra Napoleão, mesmo pautada algumas vezes pelo excesso,

“He innocente e perfeitamente justa, porque se propõe para o bem dos povos e segurança dos Soberanos, chamados pela Providencia, e pelas leis fundamentaes para os governar. Tambem he prudente, porque os meios, que tem tomado, e continuão a tomar, as Potencias Alliadas para conseguir de novo a paz da *Europa*, são conformes á gravidade e importancia da empreza; e, sobre tudo, he necessaria, porque os Corpos das nações, bem como os individuos, não podem desviar-se da lei da conservação, nem dispensar-se da sua defeza contra o perturbador da tranquilidade do Mundo [Napoleão]”¹⁴.

A guerra contra Napoleão é ainda um processo de “Regeneração”¹⁵ política e religiosa, o que ecoa uma vez mais os dois dos pilares da memória portuguesa enquanto nação, a Reconquista e a Restauração. Assim,



ao comentar a guerra contra os franceses na Espanha, o editor da *Gazeta* diz que eles “talvez venham tarde a conhecer que huma guerra *Nacional e de Religião* não he huma bolha de agoa, que se desfaz com assopros”¹⁶. E, segundo uma proclamação dos governadores do reino aos portugueses, datada de 13 de agosto de 1810, é justamente disso que se trata, “da nossa existencia como Nação independente, da conservação do Throno e do Altar, e da resistencia a hum Déspota, que tem obrigado a sacrificios mil vezes mais dolorosos os Póvos, que se tem sujeitado á sua tyrannia”¹⁷. A vitória dos aliados levará à “passagem rapida da servidão à liberdade, do imperio da oppressão ao Governo da Justiça; do abatimento servil à elevação nacional”¹⁸.

O uso da palavra “restauração”, mesmo título do evento relativo a 1640, para indi-

Primeiro número da Gazeta do Rio de Janeiro, 1808

12 Respectivamente, GRJ, 28/11/1811; GRJ, 8/1/1812; GRJ, 2/5/1812, e GRJ, 12/3/1814.

13 Idem, 16/2/1811 (extrato do Times).

14 Idem, 2/8/1815.

15 Idem, 30/9/1808.

16 Idem, 21/3/1809.

17 Idem, 31/10/1810.

18 Idem, 29/9/1808.

Desenho de
autor anônimo
representando
as invasões
francesas em
Portugal



car a luta contra os franceses será também constante na *Gazeta*, não deixando dúvidas de que a motivação principal agora era igualmente a retomada da soberania portuguesa no reino mediante a re colocação dos Braganças em seu trono europeu. Fala-se na “restauração do nosso legítimo Governo”, na “grande obra da nossa restauração”¹⁹. Em 1819, ainda se faria menção à “nossa segunda Restauração em que tanto brilharão as virtudes, que exaltão a Nação *Portuguesa*”²⁰. O uso da intermediação da Restauração portuguesa do século XVII no discurso nacionalista português do início do século XIX ainda apresenta outra interessante implicação no reforço da imagem do príncipe regente D. João. Afinal, um homônimo seu – D. João IV (1604-56), que viria a ser o primeiro rei da dinastia de Bragança –, além de ter sido a grande figura da Restauração, também seria aquele a quem o padre Vieira teria sugerido que se fosse para o Brasil construir o “Quinto Império”. Qualquer semelhança, nesse caso, parecia não ser, definitivamente, mera coincidência.

Encontramos ainda a cópia de um interessante trecho de um periódico português no qual a nova encarnação da Restauração portuguesa e a Revolução Francesa são colocadas frente a frente. Nele lemos:

“A desgraçada *França* fez huma revolução para destruir a Monarchia, e a Religião; nós fazemos huma Restauração da Religião, e huma restituição do Throno a seu Legítimo Senhor. He pois necessario que os signais destas duas emprezas sejam bem distinctos, como ellas são oppostas: que, se os crimes fizerão abominavel a revolução *Franceza*, as virtudes assignalem a nossa Restauração; que nada respiremos, senão o amor do Soberano, e da Patria, não desmintindo o glorioso fim, que nos propuzemos, chamando ao meio de nós o nosso Augusto Soberano”²¹.

Fica bem claro como o posicionamento com relação à religião, à monarquia e à legitimidade coloca em campos opostos, de um modo bastante maniqueísta e simplificado, o grupo dos revolucionários e o dos contra-revolucionários. Portanto, o bem e o mal são colocados em termos absolutos, não há espaço para relativização. Um é a favor do que é certo, o outro, contra. Um constrói, o outro destrói. Um une, o outro desagrega. Eis a cabeça de Luís XVI e o processo de laicização francês ainda repercutindo no imaginário da época.

Lembremos que, embora a guerra fosse feita nos campos de batalha contra Napoleão e suas tropas, o principal alvo da Europa coligada seria a Revolução Francesa, considerada pelos contra-revolucionários a mentora intelectual das idéias e práticas do imperador francês. Ela é a grande ameaça que vem revirando tradicionais estruturas que deveriam se manter intactas. Ela é a verdadeira inimiga da religião e do trono, que tem lançado a Europa em um terrível vórtex de destruição. Napoleão seria apenas um capataz que agiria mediante suas ordens. Segundo o redator da *Gazeta*, teria sido ela quem “abalou, ou destruiu” a “Independência do Throno da *Hespanha*, e dos outros da *Europa*”²². Portanto, restaurar em Portugal o trono e a religião em sua plenitude, assim como nos demais países sob domínio francês, é, sem dúvida, recolocar o mundo em seu curso natural e vingar de alguma forma Luís XVI e os insultos imputados pelos sequazes

19 Idem, 29/9/1808 (ambas as citações).

20 Idem, 18/9/1819.

21 Idem, 3/10/1808.

22 Idem, 30/5/1810.

da revolução à religião católica e ao papa.

O discurso revolucionário contra a ordem estabelecida é visto como embuste, como enganação para iludir os menos avisados. Ele traz conturbação e desunião. É ainda interessante notar como nas representações sobre a Revolução Francesa que aparecem na *Gazeta* ela, que durou dez anos (1789-99), aparece sempre resumida à sua fase de maior radicalização, aquela em que esteve sob o comando dos jacobinos (1793-94):

“[...] a revolução de *França* depois de ter derribado do Throno os seus legitimos Soberanos, perseguido, e quasi extinto a Religião, aniquillado a Nobreza, e transformado tudo, ameaçava fazer o mesmo ás outras Nações; mas para isso era necessario propor-lhes cousas, que as illudissem, e que as indispozessem contra seus proprios Principes, representando todos os Governos como miseraveis, illegaes, e incapazes de conduzirem a felicidade aos lares de seus Póvos. Então se proclamou hum novo genero de guerra; huma guerra de direitos sociaes, que excitou a desordem, e a divisão até no centro das familias; divisão, que correspondeo cabalmante aos diabolicos fins, que se tinham proposto os Jacobinos de *Paris*, e que foi a principal chave, que abriu as portas ás conquistas *Francezas*”²³.

A união entre os países peninsulares aparece como ponto fulcral no combate aos franceses, juntamente com o “generoso socorro” da Inglaterra, “mais antigo e fiel Alliado” lusitano²⁴, e é colocada como a ponta de uma reação em cadeia para extinguir o poderio francês, como a “causa mais justa, que incluía a salvação do mundo civilizado”²⁵. De fato, as vitórias obtidas por Portugal e Espanha entre 1808 e 1811, apoiadas pela Inglaterra, marcariam o início do enfraquecimento do poder napoleônico que, a seguir, sofreria mais um duro golpe nos campos gelados da Rússia em 1812. Mas o desejo dessa tripla aliança deixa transparecer justamente o cenário ideal tão almejado por Portugal: continuação da parceria com a senhora dos mares e garantia

da proteção contra Napoleão pelo lado dos Pirineus. Assim, para o bom sucesso dessa campanha, o redator da *Gazeta* aponta ser “preciso huma intima amizade entre todas tres, que conduza a huma unidade de acção e de força”, lembrando que “a sincera Alliança das tres Nações, ella he verdadeiramente natural, pois se funda no interesse real de cada huma dellas”²⁶.

É constante na *Gazeta* o alerta de que a resistência apenas dos portugueses, sem a adesão dos espanhóis, ainda manterá a ameaça napoleônica muito próxima, e que tirar a Espanha da influência francesa, sob a qual já se encontrava desde a Guerra de Sucessão Espanhola do começo do século XVIII, é mais uma das tarefas a serem cumpridas. Os súditos da Espanha, até pouco tempo aliada de Napoleão, mas que diante da queda de seu rei e sua substituição por José Bonaparte também se empenhará em repelir os franceses, são agora exaltados como “valerosos vizinhos”. E isso aparece de modo um tanto quanto contraditório nesse discurso, já que um dos grandes exemplos aí evocados de resistência ao inimigo, como já colocado, é justamente a Restauração do século XVII que havia sido feita combatendo-se precisamente a Espanha.

Ao falar sobre o exército português que combate na Europa, o redator expõe a fórmula mágica para seu sucesso: “Havendo honra, fidelidade, união, obediencia, e confiança em nosso Governo, em nossos Generosos Alliados, he impossivel, á vista de forças taes, que o Tyranno da *Europa* se apodere de *Portugal*”²⁷. Esse trecho é apenas um dentre muitos que se multiplicam nas páginas da *Gazeta* e que exemplificam o apelo a um princípio congregador, no que diz respeito tanto à integridade territorial de Portugal como império, quanto à coesão de opiniões e à obediência ao rei. Por conseguinte, percebe-se nesse discurso antinapoleônico presente no periódico fluminense o desejo do governo joanino de, por meio de vários exemplos como os aqui já destacados, ordenar comportamentos. E, embora a finalidade desse ordenamento apareça, na superfície, como o combate aos invasores franceses, de forma mais

23 “Discurso sobre a Utilidade dos Papeis Públicos na Presente Guerra”, op. cit.

24 *GRJ*, 14/9/1808 (ambas as citações).

25 *Idem*, 23/9/1815.

26 *Idem*, 30/11/1811 (ambas as citações).

27 *Idem*, 6/6/1812.

profunda ele objetiva neutralizar e extirpar todas as ameaças que venham fazer face à tradicional estrutura monárquica e imperial lusitana. Trata-se de um discurso de forte caráter centrípeto, que tenta congrega os vassallos em torno do rei, e que se opõe, por isso, à Revolução e a seu ideário centrífugo que quebra adesões ao eixo monárquico centralizador, ao mover os vassallos para o sentido oposto ao soberano e à religião, enfraquecendo suas bases de sustentação.

Desse modo, a resistência aos franceses aparece como uma “gloriosa empreza”²⁸, um “illustre projecto”²⁹, uma “causa justa, e commum”³⁰ (de todos), “a guerra sagrada da Pátria”³¹, uma “luta immortal”³², “a contenda da liberdade e do valor contra o inimigo da independencia de todas as nações”³³. Em trecho retirado de um periódico lusitano, esse momento de resistência chega a ser intitulado de “Revolução de Portugal”³⁴. Cabe salientar que, nesse caso, a palavra “revolução” passa longe do significado transformador e radical que é logo atribuído a ela no senso comum atual, e é usada em seu sentido original, ou seja, restauração, em referência à astronomia, onde correspondia ao retorno periódico de um astro a um determinado ponto de sua órbita³⁵. Como lembra Hannah Arendt, mesmo no caso dos revolucionários da França e dos patriarcas da independência dos Estados Unidos, esse era o significado que expressava suas ações, mas, enquanto para eles era o caso de desfazer o que havia sido arruinado pelo absolutismo e retornar aos direitos perdidos, para os conservadores, como Portugal, tratava-se de reconstituir uma ordenação divina desarranjada pela ação de inimigos³⁶.

Na cópia de uma proclamação escrita por “hum fiel cidadão” ao “valeroso povo portuense” (da cidade do Porto) as exclamações finais, impregnadas de ares maniqueístas, colocam aqueles que constituirão os principais elementos a serem protegidos e combatidos, segundo o discurso antinapoleônico português: “Viva o PRINCIPE; Viva o Povo Portuense, Viva a Nação, Viva o Sabio Governo e morra o vil, e infame *Napoleão* e seus *Sequazes*”³⁷. Mas o principal lema que, segundo o periódico, sempre ecoava

das bocas dos portugueses leais frente ao inimigo, fazendo-os se lembrar dos valores básicos a serem defendidos e pelos quais, se morressem, seriam lembrados como heróis, seria o de “*Viva Portugal, Viva o PRINCIPE, e Viva a Religião*”³⁸. Seguindo-o, o redator da *Gazeta* conclamava a que se derramasse “até as ultimas gotas de sangue em defesa da Religião, do Governo, e do Paiz”³⁹. Mas um dos trechos da *Gazeta* que melhor resume a motivação da guerra contra a França sob o ponto de vista do governo português e que traz embutida em si uma forte mensagem dos “modos de vida corretos” que se buscava inculcar em defesa do fortalecimento da monarquia bragantina teria sido extraído de uma gazeta inglesa:

“Esta he [...] huma guerra de Nação dictada por quanto he caro ao homem: pela Justiça, que manda repellir os usurpadores; pela Humanidade, que grita contra ferocissimos attentados; pela Independencia Nacional, que exige imperiosamente a ruina de taes scelerados; e pela Religião Santa, que affecção professar estes incredulos, e que por elles tem sido lastimosamente insultada”⁴⁰.

Rei, pátria, religião; linhagem, geografia, história.

Desse modo, em uma sociedade esta-mental, como aquela que caracterizava o Antigo Regime português, os lemas equivalentes aos adotados pelos revolucionários franceses se limitam à “liberdade” de lutar pela pátria, à “igualdade” de todos os que aderem à causa contra os franceses e à “fraternidade” em torno da monarquia e de seu chefe legítimo:

“Se a *União*, e a *Lealdade* prevalecerem, se ficarem extinctas todas as paixões particulares, senão houver outro partido senão o partido da Patria, o resultado desta grande Catastrophe he certo, seguro e glorioso: Se nós percebermos bem, que o vinculo mais forte para a nossa *União*, he a *Lealdade* impertubavel á Augusta Caza de Bragança, em qualquer parte do Mundo (que a todas se estende a Monarquia) podemos servila bem, e fazer respeitar o MONARCHA: Fieis

28 Idem, ibidem, 29/9/1808; “gloriosa obra da expulsão do inimigo” (15/6/1811).

29 Idem, ibidem, 3/10/1808.

30 Idem, ibidem, 25/1/1809, “causa tão glorioza” (7/12/1808); “boa causa” (18/8/1810); “mais nobre cauza, que jamais huma Nação deffendeo” (2/5/1812, redator); “illustre causa” (11/7/1812, redator); “a grande causa” (17/11/1813).

31 Idem, ibidem, 26/4/1809, “tão heroica e sagrada empreza” (31/3/1810).

32 Idem, ibidem, 27/11/1811.

33 Idem, ibidem, 9/6/1813.

34 Idem, ibidem, 29/9/1808; “rompeu a Revolução” (30/9/1808).

35 “Revolução: Movimento pela Orbita, Giro; Hum Giro Inteiro do Planeta na sua Orbita” (Antonio de Moraes Silva, *Dicionario da Lingua Portugueza*, tomo segundo).

36 Hannah Arendt, *Da Revolução*, São Paulo, Ática/EDUNB, 1988, p. 35.

37 GRJ, 3/10/1808. Um outro exemplo, que se diz ter sido escutado nas ruas de Lamego, cidade ao norte de Portugal, é: “Viva o PRINCIPE REGENTE, viva Portugal, morrao os seus inimigos” (idem, ibidem, 2/11/1808).

38 Idem, ibidem, 31/10/1808.

39 Idem, ibidem, 12/11/1810.

40 Idem, ibidem, 24/2/1810.

ao PRINCIPE, e á Patria, mostremo-nos, quaes erão os nossos Maiores. – Estimaveis em Paz. – Terriveis em Guerra”⁴¹.

Aqui o princípio-mor no qual deve se basear a renovação do Império lusitano é posto: a união entre todas as partes humanas que compõem suas diversas unidades geográficas. E se vê que nenhuma é desprezada nesse momento, como bem lembra “que a todas se estende a Monarquia”. A crise governamental, “grande Catastrophe”, é admitida. Visando saná-la, entretanto, não se propõem reformas sociais, econômicas ou políticas dentro do império, mas sim o voluntarismo, a união, a lealdade, enfim, a obediência inquestionada ao rei. Por trás desse comportamento esperado que se explicita nas palavras de ordem contra os franceses vislumbra-se um mecanismo escamoteado de consolidação da autoridade.

A entrada dos exércitos aliados em Paris nos dias 30 e 31 de março de 1814, marcando a primeira abdicação de Napoleão – “glorioso dia”⁴² – é resumida nestes termos, a partir de um extrato do *Times* de 6 de abril de 1814: “A nossa perda foi hum tanto considerável: porém devemos ter a consoladora esperança que os bravos homens, que perecerão, rematarão a grande destruição do despotismo [napoleônico], levantando o estandarte da *Europa* restituída áquelle justo equilibrio e ao dominio de seus legitimis Soberanos”⁴³. Na voz dos governadores do reino de Portugal, em uma proclamação de 10 de agosto de 1814 copiada pela *Gazeta*, esse mesmo episódio era colocado da seguinte forma: “[...] voltão a Agricultura, as Sciencias, as Artes, o Commercio, a Independencia das Nações, a segurança dos Thronos, a firmeza da Religião, e tudo quanto fórma a felicidade das Sociedades Civis, e os prazeres, e consolações da vida domestica”⁴⁴. Como desdobramento dessa conjuntura se “lanção os fundamentos de huma concordia duravel” que farão da “*Europa* huma só família, ligada pelos vinculos do commum interesse”⁴⁵. O processo de “revolução” contra-revolucionária, que previa a volta da Europa aos antigos trilhos, parecia, finalmente, consolidar-se mágica e instantaneamente diante da queda de Napoleão.



Queda de Napoleão e Expulsão dos Franceses de Portugal, de Joaquim Carneiro da Silva

No entanto, com o fim do processo de combate ao imperador dos franceses, a harmonia desejada não seria plenamente restituída, a começar pelo mundo colonial americano que começaria a degingolar diante de uma série de movimentos independentistas. O “inimigo comum” persistia, apesar da queda de Napoleão. E, mesmo com sua exclusão do cenário político europeu, os conflitos de poder escondidos sob a cortina da imagem fraternal de mútua ajuda voltam a ter lugar e fazem sua primeira aparição já no Congresso de Viena (1^a de novembro de 1814 a 9 de junho de 1815) que, apesar de propor fazer o Velho Mundo voltar à sua configuração pré-napoleônica, mostrava em seus debates uma Europa dividida entre as grandes potências monárquicas (como Inglaterra, Rússia e Áustria) e outras de “segunda categoria”, como era o caso de Portugal.

Lidas pelas páginas da *Gazeta*, as guerras napoleônicas aparecem como momento de busca da retomada do sentido imperial de Portugal, ao qual, no entanto, não se pretende dar um novo rumo, mas recolocá-lo nos velhos trilhos. Isso explica o porquê de a mensagem antinapoleônica/antifrancesa presente no periódico vir impregnada de ataques ao que é liberal e revolucionário, sendo, em seu âmago, conservadora e apresentando em sua derme, abaixo do conteúdo meramente informativo, todo um discurso de chamamento para a reconstituição, em torno do príncipe legítimo, da trama de um tecido político e social que se via ameaçado de um iminente esgarçamento.

41 Idem, 30/11/1808. Trata-se da cópia de um trecho de autoria de D. Domingos Antonio de Souza Coutinho (irmão de D. Rodrigo), representante português em Londres, escrito “A todos os Senhores Officiaes, Officiaes Inferiores e Soldados, assim como a todas as Pessoas não Militares refugiadas em Inglaterra”.

42 Idem, 1^a/6/1814.

43 Idem, ibidem.

44 Idem, 19/11/1814.

45 Idem, ibidem (ambos).